

EXCLUSÃO SOCIAL: UM ENFOQUE MULTIDIMENSIONAL

EDUARDO G. CASTRO¹
LUCIANE CHIAPINOTTO, DESIRÉE TIBOLA E GRASIELA CATTANI²

Resumo

No presente artigo os autores discutem o que eles chamam a "anatomia" da exclusão, que caracterizam como uma linha traçada no planeta, que divide o todo em duas partes. A partir daí se atribui a cada uma delas características antagônicas e começam desse modo os processos de inclusão/exclusão. Este fenômeno se insere na matriz binária que distingue a presente civilização, que por sua vez desencadeia os comportamentos de luta e confronto evidentes em todas as culturas que fazem parte dela.

Sucessivos desdobramentos levam, no entanto, a tal divisão da realidade, que as pessoas terminam por perder o "norte", dando lugar a uma vivência de confusão e caos com troca de papéis, em que os "incluídos" se sentem "excluídos", e os "excluídos", "incluídos".

Palavras-chave: exclusão social, estrutura binária, luta.

Abstract

In this article the authors discuss what they call the "anatomy" of the exclusion, which is characterized as a line traced in the planet, that divides the whole in two parts. Then antagonistic peculiarities are attributed to each one, and the process of inclusion/exclusion begins. This phenomenon is insert in the binary matrix that characterizes the present civilization and unchains fight and confrontation behaviors, evident in all the cultures that make part of her.

Successive divisions lead, however, to the disintegration of the reality; people feel that the "north" is lost and sensations of confusion and chaos appear, with change of roles: the "included" feel that are "excluded" and the "excluded", "included".

Keywords: social exclusion, binary structure, fight.

1. Introdução.

Com este trabalho pretendemos compartilhar algumas inquietações e reflexões originadas na prática comunitária³ em uma pequena localidade no segundo distrito do município de São Vicente, no Rio Grande do Sul, chamada São Miguel.

São Miguel é um povoado rural, de aproximadamente trinta e cinco famílias, situado na ladeira do cerro de mesmo nome, 18 km a nordeste da sede do município, que por sua vez se encontra a aproximadamente 400 km da capital do estado. Trata-se de uma região de minifúndios, já que as propriedades não passam de uns poucos hectares, onde seus donos realizam cultivos de subsistência. A comunicação com outras localidades realiza-se através de estradas de chão, se bem que boa parte dos habitantes fica à margem delas e em tempos de chuva permanecem isolados. A maioria da população, cuja média etária situa-se entre os 25 e 30 anos, tem um baixo nível de alfabeti-

¹ Professor Titular do Departamento de Psicologia da Universidade Federal de Santa Maria - Brasil.

² Almas bolsistas de Iniciação Científica do Curso de Psicologia da Universidade Federal de Santa Maria.

³ A equipe que trabalhou na primeira fase do denominado Programa Integral de Ação em São Vicente do Sul - R.S. (1998-2002) esteve integrada, além dos autores e do professor Nelson E. Rivero (Departamento de Psicologia da UFSM), pela então secretária de educação da Prefeitura, professora Enir Keller Diefenbach e pessoal técnico de dita Secretaria, diretora e professores da Escola Municipal de São Miguel, extensionista de EMATER-São Vicente, M.Sc. Inolanda Ernei da Silva Oliveira Momoli e membros da comunidade de São Miguel.

zação (sem instrução ou com o primário incompleto) e sua renda mensal encontra-se em torno de 300 reais, sendo que marido e mulher trabalham, geralmente, em atividades vinculadas à agricultura. As famílias, nem sempre "regularmente constituídas", têm uma média de quatro filhos -com um leve predomínio masculino- e vivem em casas modestas de 60 m² e de até três dormitórios em média. Seus hábitos de vida são simples: a alimentação é à base de arroz, feijão, carne e legumes. Gostam de mate e de bebidas alcoólicas. Em suas horas livres jogam bocha, realizam rodeios, vão a festas, assistem televisão, visitam os vizinhos, participam de atividades religiosas. Quando perguntados sobre o que fariam diferente se pudessem começar de novo sua vida, mais da metade responde que sua vida é boa assim como está. Não obstante, quando se pergunta se gostariam que seus filhos trabalhassem no que eles trabalham, as respostas são categóricas: numa proporção de 0.74 dizem que não, tanto pela baixa remuneração quanto pelas dificuldades inerentes à atividade.

O que é valorizado pela comunidade? Seu lugar de vida (30 dos 35 entrevistados afirmam gostar do lugar onde vivem); seus vizinhos (33 dos 35 afirmam se darem bem -parcial ou totalmente- com os outros moradores, sendo que 32 destes dizem que também os outros os reconhecem como parte da comunidade); a amizade, união, companheirismo; honestidade, trabalho, saúde, amor da família; serviços. Coisas materiais? Sim, ainda que em geral são mencionadas em segundo lugar: casa maior, propriedades, automóvel, eletrodomésticos...

E de que coisas não gostam? De fofocas, brigas, consumo excessivo de álcool... Talvez, como ocorre frequentemente, porque elas fazem parte da paisagem diária, isto é, porque na comunidade há pessoas que gostam delas.

Com relação às maiores necessidades da comunidade, são mencionadas em primeiro lugar as vinculadas à saúde (posto de saúde, atendimento odontológico), depois aquelas vinculadas ao transporte, às estradas,

à eletrificação rural. Soluções? Exceto oito respostas que indicam uma posição *proativa*, no sentido de reconhecer possibilidades nos próprios moradores ("união da comunidade", "pessoas se envolverem e participarem mais com a comunidade", "ajudaria com alguma solução" e outras expressões vinculadas a soluções mais específicas), o resto (trinta e três respostas) mostra uma atitude *reativa*, no sentido de depositar em terceiros as soluções ("governo", "prefeitura", "poder público") ou simplesmente as negam ("nada se pode fazer", "fica só em promessa", etc.).

Com estes dados genéricos extraídos de um questionário, encerramos a apresentação desta população, que servirá de apoio para nossa reflexão teórica. Previamente, no entanto, desejaríamos complementar estas informações com impressões pessoais surgidas do contato com membros da comunidade: além da simplicidade, os moradores parecem compartilhar um código moral e de honestidade semelhante aos originados na concepção católica -cristã em geral- na qual o roubo e o crime estão proibidos e a obediência às figuras que representam autoridade (seja por função ou por idade) é valorizada. Os costumes (próprios) aparecem como nítido parâmetro de comportamento e o respeito aos usos familiares e comunitários é exigido aos menores. A socialização se estabelece a partir de idéias compartilhadas sobre o que é "bom" e "mau", e os filhos que se afastam do modelo são severamente punidos. Continua sendo tema tabu aquele vinculado a sexo e os pais manifestam comportamentos ambivalentes quando o assunto é tratado na escola, pois têm dificuldades em entender que uma questão para "adultos" tenha que ser conversada com as crianças. Se tivéssemos que sintetizar a visão de mundo que parece predominar nesta comunidade diríamos que em casa a criança deve aprender a obedecer e a colaborar com seus pais, na escola deve aprender a ler, escrever, e "fazer contas" e quando se tornar adulto deve procurar ser um trabalhador honesto. Ainda que existam muitas diferenças de opinião, a maioria pa-

rece pensar que o passado era melhor, no sentido de que havia mais respeito, obediência, união da família, menos violência, menos dificuldades para trabalhar e para viver.

É a partir deste contexto que analisaremos o problema psicológico da exclusão.

2. A inesgotável dialética da exclusão.

Entramos em São Miguel pela porta da escola. Chegamos a ela a partir de inquietações da extensionista da EMATER-RS⁴, associadas a preocupações apresentadas pela secretaria de educação do Município: tratava-se de uma região esquecida pelos serviços públicos (mais de um terço da população não tinha luz nem água corrente), abandonada a sua própria sorte, na qual além da pobreza, precariedade de fontes de trabalho e do analfabetismo, produziam-se situações psicológicas e sanitárias de risco: desmotivação da mulher rural, ausência prolongada dos homens (devido ao trabalho ser em regiões distantes, voltando para casa somente nos finais de semana), desinteresse das crianças pela escola, falta de acompanhamento dos pais nas tarefas propostas pelos professores e conseqüente fracasso escolar dos filhos, alto índice de transtornos mentais em uma população vizinha...

Extensionista e Secretaria de Educação pensavam ser necessário fazer "alguma coisa", porém não tinham claro o que. Sua visão, à qual foram somando-se outras de técnicos da área educacional da prefeitura, era que as comunidades da região deviam incorporar-se a um processo de superação das limitações para não continuar, impotentes, sofrendo as conseqüências de uma realidade adversa.

Dada a complexidade da situação descrita e os limitados recursos disponíveis, decidiu-se iniciar com um trabalho focalizado na escola e em seu âmbito de inserção geográfica para chegar progressivamente à

comunidade, conhecer sua versão e seus projetos, escutá-la e acompanhá-la -se assim o desejassem-, em sua caminhada.

Assim foi como chegamos à escola. Assim foi como nos sentamos com a diretora e os professores para discutir os problemas sócio-educacionais do lugar. Também eles percebiam a comunidade como desinteressada e não participativa, estavam angustiados pela falta de resposta de alguns pais, justamente aqueles cujos filhos apresentavam mais problemas. Frente a este abandono, os professores também se sentiam impotentes. A evasão escolar, por sua vez, era vivida como fracasso pessoal, mas, principalmente, como fracasso do sistema escolar.

De alguma maneira a exclusão dos alunos e dos pais também excluía a eles, os professores: eram eles que estavam errados?, eram eles os incompetentes?

Como fazer para que os pais participem mais, "se coloquem ao lado dos professores" para que seus filhos possam aprender melhor?

É interessante constatar que ao falar de exclusão freqüentemente se começa com uma pergunta. Se isto é assim, talvez o segredo para entender o problema da exclusão seja entender os sentidos das perguntas. E para entender o sentido das perguntas, nada melhor que analisar a construção destas.

Qual é a forma geral adotada pelas perguntas sobre exclusão? Parece-nos possível diferenciar três estruturas básicas:

1. Por que A (sujeito ou coletivo) e não B (sujeito ou coletivo)?
2. Por que A (sujeito ou coletivo) está fora de N (situação)?
3. Por que A (sujeito ou coletivo) não possui X (objeto ou benefício)?

Nos três casos, A é o discriminado e B, N e X as condições privilegiadas que no seu conjunto passaremos a denominar Z. Desta maneira, podemos simplificar as perguntas sobre a exclusão através de sua forma mais geral:

⁴ Associação Riograndense de Empreendimentos de Assistência Técnica e Extensão Rural.

Por que A não pertence (possui, é, tem, etc.) a Z?

Esta análise descobre a “anatomia” da exclusão:

a) trata-se sempre de um ato de discriminação ou diferenciação de um todo
b) entre pelo menos duas partes,
c) a partir de critérios de valor (justiça, bondade, inteligência, etc.) (*discriminantes*)

d) que “carregam” uma das partes com atributos considerados desejáveis (*discriminados positivos* ou “incluídos”)

e) e a outra com atributos considerados indesejáveis (*discriminados negativos* ou “excluídos”).

Trata-se, como pode observar-se, de uma edificação essencialmente binária (diádica), às vezes apresentada como sendo “polinária” mas em relações diádicas sucessivas. Isto leva à tensão característica de toda construção baseada em tal princípio –herança da visão antagônica do mundo proposta pelo judaísmo⁵, consolidada pela concepção helênica de organização do pensamento, e posteriormente alimentada através do cristianismo e do islamismo–, tensão que conduz a permanentes situações de “conflito” e de “lutas” entre grupos religiosos, políticos e sociais (catolicismo-protestantismo, capitalismo-socialismo, cristianismo-islamismo, democracia-totalitarismo, liberalismo-comunismo, terrorismo-antiterrorismo, nacionalismo-internacionalismo, regionalismo-globalismo, etc.) habitualmente considerados como “opostos” (sem sê-lo), que vai configurar a matriz profundamente autoritária de nossa civilização⁶.

Do ponto de vista *praxiológico* “inclusão” e “exclusão” constituem um único ato que consiste em traçar uma linha que divide automaticamente o todo em dois. Em seguida basta proceder na direção analisada acima para “marcar” (do gr. stigma: estigma) cada lado da linha. De um lado fica o indesejável (o “ex”, “fora”) e do outro o que deve ser “protegido” e portanto “guardado” (do lat.: *clausus*)⁷. Todos os procedimentos que se estabeleçam a partir daqui, obedecerão ao “molde” característico de enfrentamento, conflito, luta. O fim desta história? A supremacia de alguma das partes ou o encontro de uma solução alternativa, mas só por pouco tempo, pois como o imaginaram os dialéticos (diádicos em definitivo), essa “solução” gerará sua antítese e assim até o fim dos tempos.

Até o fim dos tempos ou até ser modificado o modelo herdado de perceber e construir a realidade?

3. Um enfoque alternativo à dialética da exclusão.

A concepção tradicional, que de alguma maneira tinge a nossa forma de entender a realidade e de atuar sobre ela, funciona relativamente bem desde que possa traçar-se a linha divisória. Então, “eles” se diferenciam de “nós”, “crentes” de “hereges”, “teístas” de “ateus”, “leste” de “oeste”, “capitalistas” de “socialistas”, “norte” de “sul”, “humanistas” de “terroristas” e assim com cada relação dicotômica que se encontre ou se gere. Cria-se então a tensão necessária que permitirá enfrentar os “contrários” em “guerras santas” que justificarão e darão “sentido” a gerações de seres humanos obcecados por encontrar “respostas” (também estas dicotomizadas das “perguntas”).

⁵ Esta visão é compartilhada pelas culturas e religiões originadas na chamada Mesopotâmia, em Oriente Médio, o que leva a pensar que as características geográficas e climáticas (deserto-osis, frio-calor, etc.) tal vez não sejam alheias a essa forma de raciocínio.

⁶ Em outro artigo (Castro, Eduardo G.: El autoritarismo. *Sociais e Humanas. Revista do CCSH, Santa Maria, UFSM, 82, Mai/Ago 93, Págs. 61-104*), sustentávamos: “Toda vez que una relación es vivida como ‘lucha’, como ‘conflicto’, encontramos indicios de comportamientos autoritarios (no es por acaso que Hitler, Marx y tantos otros enfatizaron el carácter conflictivo de la vida social y destacaron la importancia de la lucha –de clases, de etnias– como forma de ‘superación’ que, desde otra óptica puede leerse: imposición, dominio, despotismo)”.

⁷ Este termo vincula-se a outros dois de origem grega que nos ajudam a entender o sentido desta ação: *kleinoV* que significa glorioso, cêebre e *kleiV* que significa fechadura, chave. Excluir, então, denota a bidirecionalidade do ato: isolamento, proteção do valorizado, por um lado e distanciamento, afastamento do que constitui um risco (aquele que recebe a carga “negativa”) pelo outro.

A este esquema elementar e simplista agregou-se nos últimos séculos um aditamento que não o alterou substancialmente mas que contribuiu, sem sombra de dúvidas, a quebrar o edifício compacto do binarismo: a percepção de que existe um espaço intermediário entre os pólos, uma escala de cinzas entre o branco e o preto, um campo de probabilidades entre o possível e o impossível, um universo intermediário entre os extremos de uma curva normal. O descobrimento de novos espaços, aliado ao conhecimento de culturas distantes dos parâmetros aceitos como "naturais" e "evidentes", foi questionando a nitidez das linhas, foi redesenhando os limites (onde começa o norte e onde o sul?, onde termina o socialismo e onde começa o capitalismo?), foi traçando mais e mais linhas, a ponto de tornar tão caótico o universo que o simples recurso de marcar um território deixou de constituir um critério de "inclusão-exclusão" para aumentar a entropia e confusão de indivíduos e grupos, de teorias e ideologias, de percepções e entendimentos. A idéia mesma de "ler" a realidade tornou-se obsoleta, pois para fazê-lo seria necessário dominar tantos códigos que nenhum cérebro "natural" - nem "artificial" - estaria em condições de decifrá-los, muito menos quando da física à psicologia, da sociologia à matemática começaram a multiplicar-se as dimensões do real, a ponto de tornar múltiplo um único objeto, fazendo com que a unicidade se transformasse em termo ambíguo, epistemológica e praticamente desnecessário.

Em outras palavras, tem-se introduzido tantos "traços" no mundo que se torna difícil, senão impossível, saber onde começam e terminam, que espaços separam, que dualismos originam e, o mais impressionante, qual seria sua utilidade num universo tão dinâmico. Acabamos perdendo-nos no labirinto que nós mesmos criamos e no qual acreditamos durante milênios.

Uma forma mais simples de dizer o mesmo é expressar que a complexidade tomou conta da realidade, com uma existência até certo ponto "independente" de nos-

sas construções ou, para ser mais exato, com uma existência originada no cruzamento de múltiplas caracterizações e discriminações simultâneas, que tornam extemporâneos todos os princípios lógicos que serviram de fundamento ao que até hoje chamamos "pensamento racional" (racional enquanto era possível diferenciar o que se situava "dentro" e "fora" da linha traçada, das identidades, contradições, terceiros excluídos e outros "princípios" que a lógica se esforçou em definir para facilitar o conhecimento fundado na "razão" - cujo âmbito semântico e real parece hoje ainda mais indeterminado que antes).

Que fazer em meio a tanta confusão?

O mais indicado quem sabe seja pôr entre parênteses tantas crenças e dogmas - com roupagem científica ou não- que temos sustentado durante tanto tempo, enquanto procuramos observar ("ver", "ouvir", "tocar") o que acontece ao nosso redor, o que se diz e se faz ao nosso redor, sem temer a diversidade, as mensagens entrecruzadas, os objetivos trocados, os rumos alterados, os instrumentos que serviam para orientar-nos, agora inúteis. Com esta atitude básica, reordenar os acontecimentos a partir deles mesmos e de como nos aparecem, sem cair na tentação de querer forçá-los para que encaixem em nossos agora insuficientes paradigmas e modelos. Principalmente, reconhecer que o diverso é exatamente isso: o que não "cabe" em nossas cabeças, o que não "entendemos" como pode ser, o que transborda. O feito incontestável é que o indivíduo perdeu seu lugar no mundo, deixou de ser o eixo da existência e dirigiu-se novamente ao conjunto e às suas relações, recuperando a noção de totalidade, não mais *sincrética* como nas origens, mas diferenciada: o todo não "Um" de Parmênides porém múltiplo e diverso.

Este fenômeno apresenta-se como o acontecimento mais importante, capaz de gerar uma nova cosmovisão superadora da estéril "luta dos contrários".

4. A modo de conclusão

*João**: Primeiramente tinha que fazer uma escola agrícola...

Álvaro: A tua observação foi uma das questões levantadas por diversas pessoas quando fizemos as entrevistas: que deveria ser uma escola profissionalizante... Agora aí temos por exemplo uma das questões que temos que discutir com vocês: vejam bem, a maioria das respostas com relação ao trabalho vincula trabalho na agricultura, na roça... (conversas paralelas). Agora nós perguntamos se gostariam que seus filhos trabalhassem no mesmo que vocês trabalham e de trinta e uma respostas vinte e três disseram que não. Vinte e três disseram que não. Então essas são algumas questões que vamos ter que discutir... Porque aí aparece uma contradição: colégio agrícola sim, mas não desejo que o meu filho trabalhe na agricultura. Como fica isso?

Márcio: Nessa parte dos alunos, eu gostaria que os alunos pegassem a explicação do professor. O professor tem aquela carga horária, passam o tema para os alunos e se os alunos não aprendem naquele dia aquilo passou... Então eu acharia que se os professores vêem que o aluno não entendeu ou não acertou o bastante, teria que refazer, porque ao final do ano geralmente quase todos gostariam de ver os alunos passados, também os pais e tem os alunos que não... Então eu diria como pai que o professor tem que insistir até chegar a conclusão que o aluno entendeu... não temos como pagar professores fora da escola...

Alexania: O médico tem que ir a casa dos moradores, não ficar só no posto. A gente tem que andar muito, caminhar muitos quilômetros, e quando chega o posto está

fechado, o médico já foi embora, e com crianças se faz difícil... Doença não tem horário nem dia. Será que não poderíamos unirmo-nos, formar uma associação, uma cooperativa, sei lá, para resolver nossas necessidades?

Tiago: Eu gostaria saber porquê o ônibus não pega as crianças do Cerro. Com chuva ou tempo ruim as crianças não podem ir à escola. E a estrada há um ano que tem um bueiro que não foi coberto... nas condições de pobreza da maioria...

Ricardo: Faz quatro anos que trabalho aqui. Se vocês não se organizarem, se não reivindicarem conosco, jamais vamos conseguir coisa nenhuma.

Trata-se de uma comunidade como muitas outras no Brasil e na América: com seus sonhos, suas frustrações, seus dogmas, suas necessidades, suas realizações...

Excluídos? Só para os "de fora", que olham de um contexto diferente tomado como "normal". Incluídos? Em que? Nos afetos, nas amizades, nas relações interpessoais, sim; na tecnologia, no acesso a serviços importantes, nas possibilidades de vida, não. Melhor seria relativizar o sim e o não, pois não é verdade que os moradores de São Miguel estão plenamente satisfeitos com suas relações interpessoais nem é certo que se sentem à margem de todos os benefícios tecnológicos. O que realmente ocorre é que ainda nas comunidades mais carentes seus membros não reagem molarmente, canalizando suas frustrações, impotências ou realizações em um desesperado jogo de tudo-ou-nada. A consciência da diversidade e das possibilidades que gera a conjunção de interesses e ações é cada vez maior e em consequência as possibili-

* Todos os nomes dos participantes do Programa foram alterados.

dades de opções inovadoras aumenta exponencialmente.

A exclusão já não pode ser analisada em uma única dimensão: representa um "fato" mas também uma "vivência", um "sentimento", uma "noção relacional". Para entendê-la é necessário ouvir as comunidades e dialogar com seus moradores, para construir realidades desejadas, não necessariamente segundo os parâmetros hegemônicos, mas abarcando a riqueza e as variações que cada comunidade propõe e almeja.

O processo de exclusão-inclusão parece limitar o problema a uma competência impiedosa em torno de objetivos limitados e únicos. Não. Exclusão-inclusão pode ser uma forma enganosa –mas não ingênua– de focar a realidade, fazendo pensar que a questão passa pela conquista de âmbitos de poder e não pela construção conjunta de realidades significativas, diferentes, múltiplas, gratificantes e solidariamente compartilhadas. Estas concepções conduzirão, obviamente, a práticas psicológicas diferentes: enquanto umas concentrar-se-ão na conscientização e reforço dos recursos de "persuasão" (ou de ação) frente a um poder real ou imaginário, as outras trabalharão com os espaços ainda não transitados, procurando gerar opções imaginativas e efetivas. O fundamental é reconhecer que ambas são possíveis, não necessariamente excludentes, e que ambas podem responder a expectativas das comunidades. Junto a elas, podem abrir-se novos horizontes e novos caminhos, propostas que mostrem aos diferentes grupos humanos que "viver" não só é possível mas vale a pena.

A psicologia, como ciência e como prática, pode contribuir escutando, em primeiro lugar, às comunidades, discutindo com elas as opções de vida e ajudando a construir os universos de realização imaginados. Para tanto não precisa "desmontar", "desconstruir", destruir ou desqualificar nenhum dos "mundos" existentes; essa visão é própria da civilização da exclusão. Basta construir novas realidades, paralelas às já existentes, para que com o tempo e a passa-

gem por elas, se tornem alternativas de vida. O "melhor" para as comunidades não precisa ser imposto, nem as comunidades necessitam ser "protegidas" do pior. A realidade supera esses conceitos e os grupos humanos descobrem melhor que qualquer dogma, qualquer técnico ou qualquer ditador, os caminhos que lhes convém. Trata-se somente de deixá-los caminhar, retirando as travas que séculos de "lavagem cerebral" nos fizeram crer que são "naturais" e próprias do "gênero humano", por ter edificado nossos valores a partir de uma linha traçada no planeta.

5. Referências bibliográficas.

- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PSICOLOGIA SOCIAL (1997): *Psicologia & Sociedade*. São Paulo, V. 9, n° 1 / 2 janeiro/dezembro de 1997.
- BARBIER, René (1977): *Pesquisa-ação na instituição educativa*. Rio de Janeiro, Zahar, 1985.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues (1981): *Pesquisa participante*. São Paulo, Brasiliense, 1988.
- CAMPOS, Regina Helena de Freitas (org.) (1996): *Psicologia social comunitária*. Petrópolis, RJ., Vozes, 1996.
- CASTRO, Eduardo G. (1982): Diagnóstico social: algumas considerações teórico-metodológicas. *Revista do Centro de Ciências Sociais e Humanas*. Santa Maria, UFSM, 7:2, Jul/Dez 1984, pp.105-128.
- CASTRO, Eduardo G. e PERUZZOLO, Adair Caetano (1982): *Estudo psicossocial de produtores da comunidade rural de Silveira Martins. Relatório Preliminar*. Santa Maria, Instituto de Psicologia-Faculdade de Comunicação Social, UFSM, 1995.
- DUNHAM, A. (1960): Community development. (In: KURTZ, R.H.: *Social work yearbook*. New York, National Association of Social Workers, 1960).

- ELKAÏM, Mory (1994): Nos limites do enfoque sistêmico em psicoterapia. (In: SCHNITMAN, Dora Fried (org.): *Novos paradigmas, cultura e subjetividade*. Porto Alegre, Artes Médicas, 1996).
- FALS BORDA, Orlando (1980): Aspectos teóricos da pesquisa participante: considerações sobre o significado e o papel da ciência na participação popular. (In: BRANDÃO, Carlos Rodrigues: *Pesquisa participante*. São Paulo, Brasiliense, 1988).
- FREIRE, Paulo (1971): Criando métodos de pesquisa alternativa: aprendendo a fazê-la melhor através da ação. (In: BRANDÃO, Carlos Rodrigues: *Pesquisa participante*. São Paulo, Brasiliense, 1988).
- GIDDENS, A.: *New Rules of Sociological Method. A positive critique of interpretative sociology*. Cambridge, Polity Press, 1993.
- HERTZ, D.B. and EDDISON, R.T. (eds.) (1964): *Progress in Operations Research*. Vol. 2, New York, Wiley, 1964.
- HILLERY, G.A. (1955): Definitions of community: areas of agreement. (In: *Rural Sociology*, v. 20, p. 119, 1955).
- KAUFMANN, Arnold (1964): *La ciencia y el hombre de acción. Introducción a la praxeología*. Madrid, Guadarrama, 1967.
- KOCH, S. (ed.): *Psychology: a study of a science*. New York, McGraw-Hill, v. I, 1959; v. III, 1963.
- LANE, Silvia T.M. e CODO, Wanderley (Orgs.) (1984): *Psicologia social. O homem em movimento*. São Paulo, Brasiliense, 1985.
- MIRANDA, Marília Gouvea de (1984): O processo de socialização na escola: a evolução da condição social da criança. (in: LANE, S. e CODO, W.: *Psicologia social. O homem em movimento*. São Paulo, Brasiliense, 1985).
- MORIN, Edgar: Le développement de la crise du développement. (In: MENDES, C. (dir.), *Le mythe du développement*, Paris, Seuil, 1977).
- PINTO, João Bosco (1984): *A pesquisa-ação. Detalhamento da seqüência metodológica*. Recife, UFPe, 1984. (Material mimeografado).
- PINTO, João Bosco (s/d): *Metodologia da pesquisa-ação: seqüência metodológica e orientação para seu uso*. Recife, UFPe, s/d. (Material mimeografado).
- REICH, Ben e ADCOCK, Christine (1974): *Valores, atitudes e mudança de comportamento*. Rio de Janeiro, Zahar, 1976.
- SLIM, Hugo and THOMPSON, Paul (1993): *Listening for a change*. London, Panos, 1993.
- THIOLLENT, Michel (1983): Problemas de metodologia da pesquisa-ação. (In: MARQUES DE MELO, José (coord.): *Têoria e pesquisa em comunicação. Panorama Latino-americano*. São Paulo, Cortez-INTERCOM; Brasília, CNPq, 1983).
- THIOLLENT, Michel (1985): *Metodologia da pesquisa-ação*. São Paulo, Cortez- Autores Associados, 1985.
- TÖNNIES, Ferdinand (1887): *Community and association*. London, Routledge and Kegan, 1974.
- VIO GROSSI, F.(1984): La investigación participativa en la educación de adultos en América Latina. Algunos problemas relevantes. *Cadernos Cedes*. São Paulo, n° 12, p. 45-56, 1984.

Contato com os autores:

Eduardo G. Castro: eduardo@ccsh.ufsm.br
 Luciane Chiapinotto: lucchia@bol.com.br
 Desirée Tibola: desi_dero@yahoo.com.br
 Grasiela Cattani: grasi@netprata.com.br